



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

A ÉTICA E A ÉTICA PROFISSIONAL NAS DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO NORDESTE BRASILEIRO

SÁSKYA GONÇALVES DE LIMA¹
MÔNICA BARROS DA NÓBREGA²

RESUMO:

O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado, defendida no ano de 2024, que tratou de buscar apreender o debate existente acerca da ética e da ética profissional nas dissertações de mestrado em Serviço Social nas universidades públicas do Nordeste. Teve como objetivo geral analisar a concepção sobre a temática e a direção social da produção de conhecimento nas referidas dissertações disponíveis eletronicamente na sua totalidade para consulta pública no lapso temporal de 2013 a 2019, sobre a ética e a ética profissional. Metodologicamente tratou-se de uma pesquisa documental, fundamentada no método crítico dialético. Os dados foram coletados por meio de um roteiro e a análise dos dados considerando as sucessivas aproximações. Os resultados sugeriram que as 06 (seis) dissertações por nós analisadas estão em concordância com o que apreendemos hegemonicamente como ética e ética profissional no Serviço Social, ancoradas na ontologia do ser social, na perspectiva crítica. Entretanto, constatamos a escassa produção da temática na pós-graduação, e assim esperamos que o nosso trabalho estimule/contribua para a discussão nessa área, pois é de grande importância fomentarmos a produção do seu conhecimento.

¹ Universidade Estadual da Paraíba

² Universidade Estadual da Paraíba



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Palavras-chaves: Serviço Social. Produção do Conhecimento. Pós-Graduação. Ética. Ética profissional.

ABSTRACT:

This article is the result of a master's dissertation defended in 2024, which sought to understand the existing debate about ethics and professional ethics in master's dissertations in Social Work at public universities in the Northeast. Its general objective was to analyze the social direction of knowledge production in dissertations available electronically in postgraduate programs at public universities in the Northeast, from 2013 to 2019, on ethics and professional ethics. The results suggested that the 06 (six) dissertations we analyzed agree with what we have hegemonically as ethics and professional ethics in Social Work, anchored in the ontology of the social being, from a critical perspective. However, we noted the scarce production of the theme in postgraduate studies, and thus we hope that our work stimulates/contributes to the discussion in this area, as it is of great importance to foster the production of knowledge.

Keywords: Social Work. Knowledge Production. Postgraduate studies. Ethic. Professional ethics.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo buscou sintetizar os resultados obtidos através da pesquisa realizada na pós-graduação sobre o debate existente acerca da ética e da ética profissional nas dissertações de mestrado em Serviço Social das universidades públicas do Nordeste, no lapso temporal de 2013 a 2019, em que se teve um reforço dos valores e da moral conservadora a nível mundial, que vem repercutindo no desmonte de direitos, na precarização do trabalho e na produção de conhecimento.

A pesquisa que deu origem a esta dissertação foi do tipo documental e de revisão de literatura. Os documentos utilizados foram as dissertações disponibilizadas eletronicamente na sua totalidade e as legislações pertinentes ao tema. As bibliografias foram livros, artigos científicos

e demais materiais que tratam da temática, para aprofundarmos a nossa apreensão do objeto de estudo.

Utilizamos o Materialismo Histórico-dialético (MHD) desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, pois esse método fornece-nos, como destaca Gil (2008, p. 14), “[...] as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, logo, não considerando os fatos sociais isoladamente, mas na perspectiva da totalidade complexa da realidade social, captando as tendências do objeto, de estudo, indo além da aparência do fenômeno.

Através dos descritores utilizados para encontrar as dissertações que falassem da temática, – sendo eles as palavras ética, ética profissional e valores, podendo elas serem encontradas tanto nos títulos ou nas palavras-chaves das referidas dissertações – apenas 06 (seis) atenderam aos critérios da pesquisa, formando a nossa amostra. A pesquisa foi realizada nos repositórios institucionais das universidades públicas federais ou estaduais,

Para poder mapear as dissertações, montamos um quadro/roteiro contendo: instituição/nome do programa, ano de defesa, título, autor(a)(s), conteúdo os comentários da pesquisadora sobre as dissertações. A construção desse quadro/roteiro foi essencial para fazermos uma primeira aproximação com o nosso objeto de estudo.

A motivação pela temática ocorreu em decorrência dos debates em sala de aula sobre a temática da produção de conhecimento sobre a ética e ética profissional na graduação em Serviço Social no Grupo de Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Além disso, no ano de 2023, o Código de Ética Profissional de 1993 completou 30 anos de existência, um marco importante para a ruptura com a hegemonia do pensamento conservador na profissão, enfatizando, assim, a importância de pesquisar sobre ética e ética profissional.

Chegamos ao resultado de que as dissertações estão de acordo com o que é proposto hegemonicamente na profissão, o que indica o compromisso ético-político dos profissionais. Entretanto, percebeu-se a visão de uma ética profissional direcionada apenas para a esfera normativa, desconsiderando suas esferas moral, filosófica e política. Além disso, também se notou uma escassez de produção sobre a temática no âmbito da pós-graduação, o que confere urgência à produção de conhecimento sobre a referida temática, dada a sua importância para a formação e para o cotidiano do trabalho do/da assistente social. A ética é um campo complexo do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

conhecimento e um dos maiores desafios da contemporaneidade é qualificar a direção social de nossas ações, defender a liberdade, a democracia e os direitos humanos.

Sendo assim, esse artigo está organizado em dois tópicos, em que abordaremos sobre a ética e ética profissional e sobre a produção do conhecimento nos programas de pós-graduação do Nordeste, trazendo autores que discutem as temáticas e o que foi encontrado nas dissertações que compuseram a amostra.

2 A ÉTICA E A ÉTICA PROFISSIONAL

Os estudos sobre a ética remontam desde a época da Grécia Antiga, passando pela Ética Medieval Cristã, a Ética Moderna e, por fim, a Ética Contemporânea, a qual a ética estudada no Serviço Social está pautada. No decorrer dos períodos históricos a concepção de ética varia de acordo com o tipo de sociedade existente, em que os valores e, conseqüentemente a moral, se metamorfoseiam seguindo as necessidades de cada período.

A ética, numa concepção marxista, parte do pressuposto de que o homem é um ser social, ou seja, entende-se que ele pertence à natureza, mas não pode ser considerado apenas um ser natural, dada a sua capacidade de transformar essa natureza para atender as suas necessidades. Assim, é a partir da transformação da natureza que surge o trabalho, que “sempre será a transformação de uma matéria-prima ou objeto em produto a partir da ação humana e o uso de sua capacidade teleológica, mesmo que o interlocutor desta ação não a perceba conscientemente” (Cardoso, 2013, p. 27).

No entanto, no modo de produção capitalista, o trabalho vai adquirir um caráter alienado, pois “[...] se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras” (Barroco, 2010, p. 33). Se antes o homem transformava a natureza para suprir suas necessidades essenciais (como alimentação e habitação), com a ascensão do modo de produção capitalista e da sociedade de classes, o homem passa a vender a sua força de trabalho para poder sobreviver, o que acaba distanciando-o de sua realização plena.

Dessa forma, a criação dos valores será dada através das relações sociais, e, portanto, ao modo de produção de determinada sociedade que, dialeticamente, passam pela individualidade e subjetividade do ser social (Cardoso, 2013). Na sociedade de classe em que vivemos, os valores acabam sendo condicionados pelo tipo de relações sociais que são estabelecidas nela. Temos os que detêm os meios de produção (a burguesia) e os que vendem a força de trabalho (o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

proletariado). Todos participam da produção social da riqueza, entretanto, a apropriação desta é desigual: enquanto a burguesia enriquece mais e mais através da extração da mais-valia, o proletariado vive com o “suficiente” para sobreviver (e às vezes, nem isso). Então, quais são os valores possivelmente gerados nessa socialização? Podemos citar o individualismo, a competitividade, o egoísmo, entre outros.

É através do trabalho que surge a sociabilidade, o que implica “a (re)criação de necessidades e formas de satisfação, do que decorre a transformação do ser social e do mundo natural (...)” (Barroco, 2010, p. 38). Da sociabilidade, surge a moral, como uma necessidade de regulamentar as relações entre os indivíduos, através da criação de costumes, que podem ser mutáveis de acordo com o movimento da história.

Barroco (2008, p. 20) coloca que “a ética — entendida como modo de ser socialmente determinado — tem sua gênese no processo de autoconstrução do ser social”. Ou seja, indica-se que o ser social surge na natureza, porém sua historicidade, sua capacidade de transformar a si e a natureza e realizar o trabalho é o que o torna também capaz de construir a ética. A ética é uma reflexão, sendo a moral o seu objeto de estudo.

A moral não é neutra. Cada sociedade terá uma moral dominante, de acordo com a disputa de diversos interesses. Na nossa sociedade, a moral dominante é a burguesa, “[...] e o cotidiano nessa sociedade nos alija da vivência moral mais inteira, aproximando-nos de ações acríticas e reprodutora de uma moral dominante de cunho conservador e moralista” (Cardoso, 2013, p. 51).

No cotidiano, a moral se enraíza de forma acrítica, dada a imediaticidade e espontaneidade características desse espaço. Segundo Heller (2000), a vida cotidiana é a vida do indivíduo, ser genérico, é em grande medida heterogênea e, também, espaço de reprodução da singularidade. Além disso, é permeada de preconceitos, de ideias pré-concebidas, o que acarreta comportamentos ultrageneralizadores, repleto de estereótipos.

Dessa forma, a vida cotidiana se torna um campo de reprodução da alienação e de preconceitos, por seu pragmatismo e necessidade de respostas imediatas, que não permite aos indivíduos se aprofundarem nas demandas que são apresentadas, demonstrando a sua superficialidade. O preconceito e a discriminação são vistos como alienação moral, por adotar posturas antiéticas com relação as diferenças, típicas da sociedade plural em que vivemos. Porém, vale salientar que o cotidiano tem potencial de superar sua acriticidade, pois as respostas

dos problemas apresentados na realidade e nos sujeitos estão na própria esfera cotidiana. Tudo dependerá dos sujeitos e de como eles podem construir a ética em seu cotidiano.

No âmbito do Serviço Social, a temática da ética tonar-se emergente no debate profissional nos anos 1990, especificamente em 1993. O surgimento do neoliberalismo, atrelado as suas causalidades e consequências, fez com que a emergência fosse necessária, afinal, “demandam a resposta a um questionamento central: como viabilizar o compromisso profissional em condições tão adversas? E, do ponto de vista da ética, como traduzir os valores na particularidade da ação profissional?” (Sousa, 2016, p. 279). A interlocução com a obra de Lukács, então tornou-se importante contribuição para a categoria profissional apreender esse movimento de acordo com sua direção ético-política.

Para pensarmos a ética profissional, devemos entender que ela se expressa como uma das dimensões do próprio Serviço Social, se objetivando no exercício profissional como ação moral, normatizando deveres e valores por meio do Código de Ética. Para tanto, necessita-se de teorias que fundamentem a reflexão e intervenção como ação ética e política. Assim, a sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos, pois não são formas puras e nem absolutas (Barroco, 2010).

A ética profissional do Serviço Social vai estar atrelada a cada momento histórico da profissão. Por exemplo, em nosso primeiro código de ética, em 1947, os princípios norteadores da ação profissional não são os mesmos que vemos no nosso atual código de ética de 1993. De acordo com Cardoso (2013), a ética profissional traz valores e princípios que guiarão o exercício profissional, expressando-se na vivência cotidiana dos/as assistentes sociais, bem como na codificação desses princípios e valores que se materializam no próprio CEP. Dessa forma, a ética profissional será a reflexão sobre a moralidade profissional, sendo um dos elementos que compõe e expressam o nosso projeto profissional.

De acordo com Brites e Barroco (2022), a ética profissional possui quatro esferas/dimensões: moral prática; filosófica; normativa; e política. A esfera moral prática refere-se a moral profissional, ao próprio comportamento dos profissionais relativo às ações orientadas pelo que se considera bom/mau, ou seja, os valores, à responsabilidade, à autonomia e à consciência em face das situações de conflito. Essa esfera remete-se a moralidade profissional.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A esfera filosófica “trata-se das orientações filosóficas e teórico-metodológicas que servem de base às concepções éticas profissionais, com seus valores, princípios, visão de homem e de sociedade” (Brites e Barroco, 2022, p. 116). Esta dimensão está ligada a busca da ética profissional por uma filosofia, ou teoria social, que ofereça o subsídio para fundamentar a reflexão profissional acerca da ética. No sistema capitalista, essa esfera acaba por ser negligenciada, pois as demandas do cotidiano, que requerem respostas imediatas dos/das profissionais, dificultam o espaço para uma reflexão crítica, o que desvaloriza o conhecimento filosófico.

Na esfera normativa está um dos modos particulares de objetivação da ética profissional: o Código de Ética Profissional. O Serviço Social teve em toda a sua trajetória 05 (cinco) Códigos de Ética, cada um respondendo ao tempo histórico em que foi elaborado. Partindo do primeiro de base neotomista até o que está em vigor atualmente, de base marxista, a profissão escreveu uma longa caminhada no movimento dialético da história.

É em 1947, que foi estabelecido o primeiro Código de Ética Profissional. Logo em sua introdução moral e ética surgem como sinônimos, “conceituada como a ciência dos princípios e das normas que se devem seguir para fazer o bem e evitar o mal” (ABAS, 1947, p. 1) e os indivíduos colocados como “pessoas humanas desajustadas”, em uma evidente visão conservadora.

O segundo Código de Ética Profissional, elaborado em 1965 é o primeiro com valor legal, deu prosseguimento ao neotomismo, porém introduzindo valores liberais de matriz positivista. Teve-se um aprimoramento das bases científicas, justamente para atender as demandas de reprodução do capital. Guedes (2016) aponta que as novas tarefas dadas aos/as assistentes sociais no mundo moderno acabavam por convergir com a nova posição da Igreja Católica, que antes criticava o avanço do mundo moderno, mas passou a ressaltar e estimular os cristãos para conciliar os avanços do progresso, da ciência e da técnica, em uma “perspectiva metafísica neotomista”.

Dez anos depois, em 1975, o terceiro Código de Ética Profissional foi instituído, suprimindo “as referências democrático-liberais do Código anterior” (Barroco e Terra, 2012, p. 45), afinal, o Brasil estava no auge da autocracia burguesa, e, reconhecendo o Serviço Social no movimento da história, seguiu-se a postura de censura e disciplinamento do Estado, ainda enfatizando a questão do bem comum, presente no CEP de 1965.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Em linhas gerais, podemos dizer que os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 elegem

[...] valores humanistas-cristãos, como pessoa humana, perfectibilidade da pessoa humana, bem comum, autodeterminação e integração social, orientando a ação profissional ao enquadramento, ajustamento e correção das condutas de maneira disciplinadora, em uma abordagem focada na individualização e moralização da questão social, em consonância com o *ethos* burguês e sob forte influência da Doutrina Social da Igreja Católica (Cardoso, 2013, p. 166).

Em 1986, o novo Código de Ética Profissional chega com uma nova proposta para a categoria profissional, rompendo com o conservadorismo presente nos outros CEPs, acompanhando o movimento da história que repercutia o fim da autocracia burguesa no Brasil. Rompeu-se com a imparcialidade, até então histórica na profissão, para ter uma direção política clara: a classe trabalhadora. Foi o resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, iniciado 03 (três) anos antes, o que demonstra a importância das categorias profissionais (a exemplo, na época, do Conselho Federal de Assistentes Sociais – CFAS – e do Conselhos Regionais de Assistentes Sociais – CRAS) para a construção de uma profissão organizada coletivamente.

O conjunto das conquistas efetivadas no CEP de 1986 pode assim ser resumido: o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (Barroco e Terra, 2012, p. 48). Apesar disso, também houve equívocos na compreensão ética do que são princípios e diretrizes, sendo colocados muito mais na ideia de deveres ou direitos dos/as assistentes sociais.

Em 1993, ocorreu a reformulação do CEP, buscando colocar como suporte as bases ontológicas do pensamento de Marx, inscrevendo valores no âmbito da práxis. Podemos dizer que existem dois valores centrais em uma ética baseada no materialismo histórico-dialético: a liberdade e a emancipação. Inclusive, no CEP de 1993, a liberdade é o valor ético-central. Aqui, a liberdade é compreendida como fonte de emancipação, o que significa o fim da exploração de classe, gênero e etnia. Alguns dos princípios fundamentais constatados no CEP de 1993:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

[...]

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

[...]

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

A última dimensão da ética profissional está ancorada na política. A política é uma esfera importante do ser social e a ética profissional perpassa por ela, pois exige a participação dos sujeitos coletivos, responsáveis pelos posicionamentos de valor, de acordo com determinantes históricos. Vivemos em uma sociedade capitalista, em que uma de suas características base é a contradição, onde projetos de classes distintos estão em disputa. Na atual conjuntura, com o avanço do conservadorismo na sociedade, contribui para uma fragilização de uma ética profissional crítica, o que favorece o espraiamento de uma moral conservadora, esvaindo a criticidade da ética.

Com isso, vemos que a ética profissional não está isenta de tensionamentos e conflitos, afinal, ela está inserida em um contexto de sociedade de classes, em que a moral dominante é da burguesia, que vai diretamente de encontro com o projeto profissional emancipatório defendido hegemonicamente pelo Serviço Social.

A defesa dos direitos humanos é um dos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993. A sociedade burguesa obriga a existência deles, dadas as condições sociais impostas que não asseguram os direitos básicos. Ao mesmo tempo em que são necessários, principalmente para a população usuária dos serviços prestados profissionalmente, o seu caráter de universalidade dos direitos acaba sendo contraditório na sociedade capitalista, fundada na desigualdade estrutural. Contudo, Barroco e Terra (2012), reconhecem os seus limites, mas enfatizam que esses limites não devem levar à negação absoluta, pois os direitos humanos podem ser utilizados como estratégia de resistência.

Com isso, vemos que a ética profissional não beneficia somente os/as assistentes sociais, mas também protege as suas relações profissionais, principalmente com a população usuária. Um exemplo disso é o sigilo profissional, materializado no Código de Ética em seu artigo 16, que traz que o “sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CFESS, 1993, p. 35).

Podemos dizer também que a ética profissional é a ética que se desenvolve fora das universidades e dentro das categorias profissionais. Simões (1998, p.70) chamaria essa distinção de “método da convicção”, por considerar que a ética está em sua função diretiva. “Portanto, a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ética serve também como um método de direcionamento em relação à vida e aos interesses da população”. Esse ponto de vista expressa a ética em sua função política, que podemos considerar dentro da esfera/dimensão política da ética profissional que já abordamos anteriormente nesse capítulo.

Assim, a ética e a ética profissional são campos intrínsecos ao fazer profissional. Foram construídas no movimento histórico da sociedade, dada à necessidade humana de construir uma ciência que estudasse os padrões de comportamento humano de forma racional e crítica. Devemos fortalecer a ética orientada pela tradição marxista, reconhecendo sua função mediadora na luta de classes imposta pela sociabilidade burguesa.

3 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ATRAVÉS DAS PÓS-GRADUAÇÕES DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE

De acordo com Mota (2013), o Serviço Social tornou-se uma profissão e reconhecidamente uma área do conhecimento, por sua rica produção científica, bem exemplificada pelas pós-graduações existentes no país. Ou seja: o Serviço Social é um produtor do conhecimento, o que o torna valioso tanto para as pesquisas, como para os estudos na própria área ou em áreas afins. Esse caminho vem sendo trilhado desde a década de 1980, que contavam já com os primeiros mestrados na área e passava a produzir um conhecimento crítico, pautado na teoria social advinda das obras de Karl Marx.

O fato exposto acima também abre espaço para presença de intelectuais formadores de massa crítica para movimentos sociais, populares e sindicais, a exemplo do Associação de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e do Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST); para profissionais que buscam a pós-graduação em Serviço Social por conta do seu teor crítico; e para a demanda de intelectuais da área para a composição de bancas de teses e dissertações. Igualmente, temos os Grupos Temáticos de Pesquisas (GTPs) da ABEPSS, que “vêm se constituindo como uma estratégia coletiva de fortalecimento da pesquisa na área de Serviço Social” (Lewgoy e Serpa, 2019, p. 176).

Como podemos ver, o Serviço Social empenhou-se bastante nas últimas décadas para construir um espaço forte e diversificado, denotando sua importância para a sociedade. Com isso, é válido salientar que não existe separação entre profissão e área do conhecimento. De acordo com Guerra (1998, p. 5) “o conhecimento para o Serviço Social precisa se constituir em subsídio à

Prática Profissional [...]”, principalmente se partirmos do entendimento que prática e teoria são indissociáveis.

Vale salientar que Mota (2013), não destoa profissão e área do conhecimento. Existem patamares diferentes na intervenção social do Serviço Social, essas atuando como uma unidade, e reconhecer essas duas dimensões como uma unidade é entender que teoria e prática não se dissociam, e sim se complementam, o que é argumento o bastante para combater o discurso de que “na prática, a teoria é outra”. O próprio projeto ético-político profissional sustenta essa unidade, tanto pelo trabalho profissional, quanto pelo papel intelectual desenvolvido pela profissão em face dos objetos de conhecimento e intervenção, que são os interesses da classe trabalhadora.

Apesar de muitos ganhos adquiridos na trajetória do Serviço Social, estes não foram feitos sem lutas e tensionamentos. As universidades públicas, espaços de grande parte dos programas de pós-graduação que fomentam a pesquisa e, conseqüentemente, a produção do conhecimento, vive sob ataques impetrados pelo próprio capitalismo. A implementação de políticas de cunho neoliberal, desde os anos 1990, fez com que se aprofundasse a mercantilização do ensino superior, os ataques à educação superior pública e gratuita, impulsionadas por organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que impõem normativas para a desregulamentação e privatização da educação no Brasil.

[...] vale demarcar a existência de tensões e contradições entre a dimensão pública da pesquisa e o seu “empresariamento”; entre os requisitos da instrumentalidade técnica e a luta e resistência dos intelectuais pela autonomia na produção do conhecimento, onde se incluem os do Serviço Social, reiterando sua rebeldia profissional e intelectual (Mota, 2013, p. 21).

No governo Bolsonaro tem-se o aprofundamento do desmonte das universidades públicas, muito mais denso do que nos anos de 1990, pois “a asfixia financeira se soma a uma ofensiva ideológica do obscurantismo instalado no governo que vê como inimigos a universidade pública, as iniciativas de democratização em seu interior e o próprio conhecimento produzido” (Vieira, 2019, p. 99).

Além da ofensiva contra a universidade pública, gratuita e de qualidade, também temos como tensionamento para a produção do conhecimento no Serviço Social com a agilização da invasão do ideário pós-moderno, mesmo antes deste governo. De acordo com Sousa (2005), o pensamento pós-moderno não é dotado de teoria e nem se pode afirmar a existência de teóricos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pós-modernos. É um campo de ideias distinto de homogeneidade que ganha força a partir da metade dos anos 1970, com as primeiras reflexões advindas de Jean-François Lyotard. Esse ideário vem da reestruturação do capital, que impôs a “necessidade” de efetuar novos valores e regras de comportamento, dando base ao pensamento pós-moderno, reconhecido também como um neoconservadorismo.

Quando falamos de conservadorismo na contemporaneidade, ele se transmuta em um neoconservadorismo, não por mudanças radicais em sua essência, mas sim pelo agudizamento dessas. Na realidade brasileira, o neoconservadorismo vai ser representado pela moral cristã evangélica, servindo ao atual estágio de acumulação do capital, pois valoriza o individualismo, segregação de grupos minoritários, além do apelo ao dinheiro. De acordo com Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 62):

[...] o neoconservadorismo inova porque se distancia do modelo Europeu, e se aproxima do modelo político norte-americano, que associa a moral cristã evangélica com a defesa das armas. Desse modo, o que poderia parecer uma contradição exacerbada acaba se constituindo nos pilares do neoconservadorismo, visto que apresenta, em sua proposta, a religião como instrumento de integração social e o código penal como elemento de defesa da sociedade de livre mercado.

Cantalice (2013) identifica os seis elementos estruturadores da pós-modernidade: a anti-raça, a anti-totalidade, a anti-história, a anti-ontologia, o anti-método e o anti-marxismo e faz uma preocupante constatação: eles estão sendo incorporados no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, revelando a influência que este exerce em nosso campo profissional. Ou seja, o ideário pós-moderno vai de encontro a tudo que explanamos aqui neste tópico: rejeita a modernidade, a visão de totalidade da teoria marxista, nega a história e acaba se eivando de ecletismos para tentar formular sua base.

No que toca ao caminho da produção de conhecimento do Serviço Social no Nordeste, a criação das primeiras escolas foi feita por conta de um combinado de fatores. Silveira Junior (2021) coloca que, o mesmo que aconteceu com as escolas que foram criadas em outros locais do Brasil ainda na década de 1940, aconteceu com as escolas nordestinas: a expansão e adensamento das organizações católicas; o impacto socioeconômico gerado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; a ideologia desenvolvimentista, que corroborou com a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ascensão de projetos político-econômicos direcionados para a industrialização; e “a acentuação das sequelas sociais da integração desigual do Nordeste no avanço das dinâmicas típicas dos monopólios no país” (ibid., p. 24). A incorporação da teoria da norte-americana Mary Richmond não passou ileso desse processo, além ainda da forte presença da Igreja Católica na formação profissional.

Com isso, já foi dito que a primeira escola no Nordeste foi criada em Pernambuco, em seguida veio a da Bahia (1944) e a do Rio Grande do Norte (1945). Criadas nas décadas de 1950 foram as, em sequência: Fortaleza (1950), João Pessoa (1952), São Luís (1953), Aracajú (1954), Maceió (1957) e Campina Grande (1957), esta última sendo a primeira de uma cidade do interior do Nordeste, na Paraíba em específico, já que as outras se concentravam nas capitais.

Essas escolas eram de cunho confessionais e particulares, sustentadas tanto por subvenções governamentais, como por instituições assistenciais nacionais, doações e mensalidades das alunas. A diversidade de fontes de provimento se expressava em problemas financeiros nessas instituições, que tinham instalações precárias para o desenvolvimento pleno das atividades do ensino e dificuldades de pagamentos dos professores (Silveira Junior, 2021). Por conta desse parco desenvolvimento, foram incorporadas as instituições de ensino superior que começavam a surgir nos anos 1950, porém, só teve mudanças no padrão dos cursos com a reforma universitária de 1968, que abriu margem para a criação dos primeiros programas de pós-graduação na década de 1970.

A primeira universidade pública do Nordeste a criar um programa de pós-graduação em Serviço Social foi na Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa (UFPB), em 1978, seguida pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1979. Após esses, o próximo programa criado foi apenas em 1993, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), em Políticas Públicas, mas que abarca a área do Serviço Social. Em seguida, já nos anos 2000, temos a criação do programa de pós-graduação em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2000, na Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) em 2002 (que, assim como da UFMA, é em Políticas Públicas); na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 2004, na Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE) em 2011, na Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2012, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) em 2013, na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em 2014; e na Universidade Federal da Bahia (UFBA)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

e na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), as mais recentes, ambas no ano de 2019 (Plataforma Sucupira, 2022).

No total, são 12 (doze) programas de pós-graduação que contam com, pelo menos, mestrado. Com relação ao doutorado, 06 (seis) possuem, ou seja, a metade dos programas já contam com o doutorado, o que é um quantitativo positivo e que deve ser estimulado para as outras também contarem com ele.

Para a nossa pesquisa, foram utilizados 04 (quatro) Programas de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), pois eles foram os responsáveis por obterem em seus repositórios dissertações sobre a temática por nós pesquisada. Os PPGSS são os das seguintes universidades: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Estadual do Ceará (UECE); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); e a Universidade Federal de Sergipe (UFS). Desses quatro programas, duas dissertações vieram da UFRN; duas vieram da UFS; uma da UECE e uma da UFAL.

Em algumas dissertações observou-se o apontamento sobre polêmicas existentes sobre a compreensão dos fundamentos ontológicos da ética, por parte dos profissionais, e sempre ressaltando a importância de estudos na temática da ética/ética profissional, afinal, é uma dimensão importante para o Serviço Social, principalmente por sua transversalidade, que acaba abrangendo outras temáticas. Podemos enxergar as “polêmicas” pela ótica do pluralismo, um dos princípios fundamentais do CEP de 1993, pois, apesar de interpretações distintas de acordo com cada autor, elas ainda estão no campo do conhecimento crítico, o que enriquece ainda mais a produção de conhecimento profissional.

Dessa forma, as 06 (seis) dissertações trazem o conceito de ética ancorado no marxismo, o que demonstra o direcionamento teórico e político alinhados. Porém, podemos perceber que apenas 02 (duas) discutem mais a questão da ética em si, enquanto as outras atrelam a dimensão ética a outros temas, como o PEP e o exercício profissional. Sobre a ética profissional, podemos perceber a importância dada a dimensão normativa, não se aprofundando nas dimensões moral prática, filosófica e política. É de suma importância enxergar a ética profissional para além do CEP, que atualmente é o de 1993, já que para a própria construção deste, necessitou-se das articulações das entidades profissionais, levando em consideração as dimensões referidas anteriormente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, detectamos que é parca a produção de conhecimento sobre ética e ética profissional no âmbito da pós-graduação. Não podemos deixar de destacar as excelentes contribuições de Barroco (que possui 3 livros na temática), as edições comemorativas de 30 anos do Código de 1993 em periódicos, como por exemplo a revista Serviço Social em Perspectiva, da Temporalis e do projeto “Ética em Movimento” promovido pelo CFESS. Discutir a ética é de extrema importância para o exercício e formação profissional, pois é ela que nos orienta a agir de forma crítica, direcionando ao projeto profissional que busca a emancipação humana, a liberdade e a justiça social. Então, o principal motivo para a construção dessa dissertação é justamente fomentar a produção do conhecimento sobre a temática no âmbito da pós-graduação, por considerar este espaço fundamental para a realização e socialização de pesquisas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir ética e a ética profissional no Serviço Social é bastante desafiador, pois, apesar de ser um tema transversal nas Diretrizes Curriculares de 1996 I, a ética em si e a ética profissional não possuem tantos trabalhos publicados, sejam eles dissertações (como vimos na nossa pesquisa), artigos e até mesmo livros. Também é uma discussão que tem como grande destaque a filosofia, o que requer bastante maturação teórica e reflexões, o que acaba por ser bastante desafiador.

Buscamos durante esse artigo, estabelecer o debate, inicialmente com a discussão da ética e serviço social, atrelando também o debate da ética profissional, pautada numa ética ontológica, presente tanto no Projeto Ético-Político Profissional, quanto no Código de Ética de 1993. Discutimos também sobre a produção do conhecimento e a importância deste para o reconhecimento do Serviço Social como área do conhecimento, dando destaque aos programas de pós-graduação do Nordeste, solo fértil de estudos e pesquisa. Por fim, trouxemos de forma sintetizada a análise das dissertações que atenderam aos critérios da pesquisa, percebendo que, apesar de ser pouca a produção de conhecimento sobre a temática da ética e da ética profissional, essas estão ancoradas numa perspectiva crítica, que refuta o conservadorismo, e se alia a uma ética com valores emancipatórios.

Sigamos na fortificação e ênfase na materialização dos princípios fundamentais elencados no Código de Ética de 1993, tanto na produção do conhecimento, quanto nos espaços sócio-ocupacionais e no aprofundamento dos estudos sobre a ética no Serviço Social e a ética profissional deste. Salientamos que o debate não termina aqui, ainda temos muito chão pela



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

frente. Esperamos que essa dissertação fortaleça o debate na agenda profissional sobre a ética e a ética profissional e estimule nova pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS – ABAS. **Código de Ética Pro-fissional dos Assistentes Sociais, 1947.** Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf. Acesso em: 22 mar.2023.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço social: Fundamentos Ontológicos.** 8 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado.** São Paulo: Cortez, 2012.

BARROCO, M. L. S. **Ética: Fundamentos sócio-históricos.** São Paulo: Cortez, v. 4, 2008.

BRITES, C M; BARROCO, M. L. S. **Serviço Social e Ética profissional: fundamentos e intervenções críticas.** São Paulo: Cortez, v. 9, 2022.

CANTALICE, L. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social.** 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil.** Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **O Código de ética profissional do assistente social.** Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Disponível em: CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso: 27. jan. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, O. S. **Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965.** Revista Textos & Contextos, Porto Alegre, 23 maio, v. 15, n. 1, p. 28-42. 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GUERRA, Y. **Investigação social e serviço social**: novos processos de produção do conhecimento, 1998. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-145.pdf>. Acesso: set. 2022.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEWGOY, A. M. B; SERPA, M. A. **Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional**: Ten-dências e Perspectivas da Produção do Conhecimento do Serviço Social. In: GUERRA, Y. et al. **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 175-215.

MOTA, A. E. Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento. In: **Revista Katálisis**. UFSC: Florianópolis, v. 16, 2013, p. 17-27.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Instituição de ensino**. 2024. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?areaAvaliacao=32&areaConhecimento=61000000>. Acesso em: 09 de Fev. 2024.

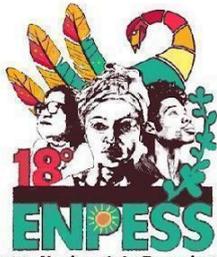
SIERRA, V. D; VELOSO, R. S; ZACARIAS, E. C. P. **Neoconservadorismo, Estado e Vigilância**. In: Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo. (orgs.). BRAVO, M. I. S; MATOS, M. C; FREIRE, S.M.F. Uberlândia: Navegantes Publicação, 2020, p. 53-70.

SIMÕES, C. **Serviço social e ética**: convite a uma nova práxis. (orgs.). BONETTE, D. A. et al, São Paulo, Cortez. 2 ed. 1998.

SILVEIRA JUNIOR, A. A. **Notas para uma história de emergência do Serviço Social na particularidade do Nordeste**. In: A reconstrução histórica do Serviço Social no Nordeste. (org.). SILVEIRA JUNIOR, A. A. Curitiba: CRV, 2021.

SOUSA, A. A. S. Pós-modernidade: fim da modernidade ou mistificação da realidade contemporânea?. **Revista Temporalis**, Recife. Universitária da UFPE, v. 5, n. 10, jul./dez, p. 51-81, 2005.

SOUSA, Adrianyce A. Silva. **Lukács e o Serviço Social Brasileiro**. 1º. Ed. Curitiba: Editora Prisma, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

VIEIRA, R. **O programa para a educação superior de Jair Bolsonaro: empreendedorismo, controle e ofensiva sobre o fundo público.** Revista Universidade e Sociedade. Brasília: Editora ANDES, n. 64, p. 90-101, 2019.